

O USO DO LICITACon CIDADÃO NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

LUIS EDUARDO DOS SANTOS CELENTE¹; MARIA DE FÁTIMA CÓSSIO²

¹Universidade Federal de Pelotas – luiseceleante@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – cossiofatima13@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca apresentar a utilização do sistema informatizado de controle e monitoramento de licitações e contratos desenvolvido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, o LicitaCon Cidadão, na pesquisa “Mapeamento de Parcerias Público-Privadas em Educação nos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul”, a fim de proporcionar mais transparência na criação do banco de dados dos municípios associados à Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS).

O LicitaCon Cidadão (Figura 1) tornou-se instrumento obrigatório de prestação de contas dos órgãos municipais e estaduais desde 2017 e 2018, respectivamente, quando expedida a Instrução Normativa nº 13/2017 do TCE/RS.

Figura 1: Tela inicial do LicitaCon Cidadão



Fonte: LicitaCon Cidadão, 2023

Durante um dos momentos de coleta de dados da pesquisa, iniciada em 2019, a utilização do LicitaCon foi primordial na consulta aos documentos norteadores dos acordos, contratos e convênios firmados entre as instituições da esfera pública com os agentes privados e o terceiro setor.

Nesse aspecto, é importante ressaltar que, segundo Falconer (1999, p. 2), o terceiro setor compreende as diversas iniciativas oriundas da sociedade, cujo foco está na geração de bens públicos.

Dentre as categorias de estudo, criaram-se cinco eixos de análise, sendo eles 1) consultoria em gestão; 2) aquisição de material didático e/ou sistemas apostilados; 3) compra de vagas na educação infantil; 4) formação de professores e 5) outras parcerias.

2. METODOLOGIA

Por tratar-se de uma pesquisa que utiliza-se da Etnografia de Rede, busca-se apoio nos estudos de Ball (2014), que permite lançar mão de novas fontes de estudo, debruçando-se sobre notícias, arquivos e informações arquivadas em redes virtuais.

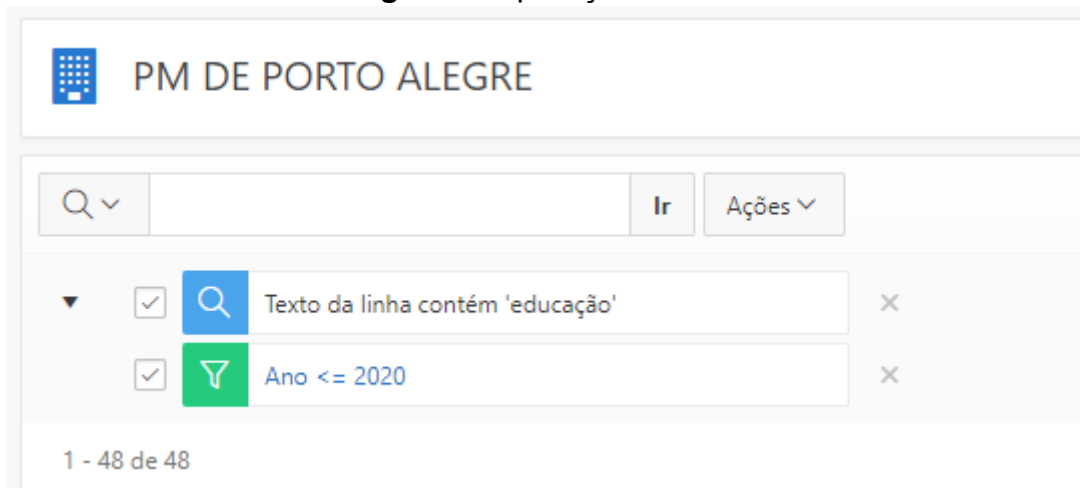
Desta forma, a presente pesquisa adota um caráter quali-quantitativo, uma vez que procura mensurar a quantidade de parcerias público-privadas firmadas pelo município de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, observado o período da última gestão municipal, ou seja, entre 2017 e 2020, e quais os agentes privados mais recorrentes no cadastro de contratos, convênios, acordos e licitações, bem como as áreas mais abrangidas. A pesquisa também caracteriza-se como uma pesquisa analítico-descritiva.

Para sua realização, os filtros “Ano: <= 2020” e “Texto: educação” foram ativados dentro da plataforma. Dentre os resultados, selecionou-se, para discussão, todos aqueles que mencionaram os termos “Organização da Sociedade Civil” ou “Organizações da Sociedade Civil”.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aplicados os filtros, o LicitaCon Cidadão acusou 48 arquivos (Figura 2) que compreendiam o período anterior ao ano de 2020 e que tinham, na sua íntegra, a palavra “educação”. Todas as licitações constantes nesta lista são posteriores ao ano de 2017, estando dentro do recorte temporal estipulado para esta pesquisa.

Figura 2: Aplicação do filtro



Fonte: LicitaCon Cidadão, 2023

Após a depuração das informações, foram escolhidos exclusivamente os textos que continham os termos "Organização da Sociedade Civil" ou "Organizações da Sociedade Civil", resultando em um total de 11 documentos.

Dentro desse conjunto de 11 documentos, a parceria de maior destaque foi estabelecida em 2019, centrada na aquisição de vagas na área da educação infantil, com um montante estimado em R\$873.854.531,81. Esta PPP foi justificada pelo "credenciamento das Organizações da Sociedade Civil por um período de cinco anos", sendo "entidades devidamente constituídas sem fins lucrativos", para possibilitar a "transferência de recursos financeiros destinados a

garantir a continuidade do atendimento de crianças com idades entre 0 (zero) e 05 (cinco) anos e 11 (onze) meses (primeira etapa da Educação Básica)".

A segunda maior atuação das Organizações da Sociedade Civil foi formalizada em 2020, também no âmbito da educação infantil, com uma estimativa de R\$35.882.464,00. A descrição desta parceria abrangeu a "seleção de Organizações da Sociedade Civil devidamente constituídas, com o objetivo de oferecer até 800 (oitocentas) vagas para o atendimento de crianças".

Por sua vez, a colaboração de menor montante é avaliada em R\$430.237,50, focalizando a escolha de uma única Organização da Sociedade Civil para a prestação de atendimento integral a 150 crianças.

4. CONCLUSÕES

Oliveira (2010) salienta que “se ‘políticas públicas’ é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação”. Tendo esta afirmação em vista e o entendimento de que a promoção de parcerias entre o setor público e o setor privado é uma forma de privatização da educação pública, é passível de inferência que o município pesquisado está constituindo-se sob um ideário gerencial.

Sob a liderança de Nelson Marchezan Jr. (PSDB), o governo local de Porto Alegre estabeleceu uma abordagem educacional pública alinhada aos princípios do discurso capitalista. Esse enfoque envolveu um investimento global aproximado de R\$985.613.452,11, sendo concretizado por meio de colaborações entre a administração pública e organizações do setor privado, com o intuito de assegurar o cumprimento das responsabilidades educacionais, especialmente no que tange ao fornecimento de vagas na educação infantil.

Por último, a utilização da plataforma online de acesso à informação do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, o LicitaCon Cidadão, configura-se como um instrumento de pesquisa caracterizado pela transparência e pela democratização. Essa plataforma viabiliza o acesso e a exploração dos dados relacionados a processos licitatórios realizados no contexto das administrações municipais, além da administração estadual.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, S. J. **Educação Global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG. 2014. Disponível em <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/105/294>.

FALCONER, A. P. **A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão**. São Paulo: Universidade de São Paulo. 1999. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4605529/mod_resource/content/1/andres_falconer.pdf.

OLIVEIRA, A. F. Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. *In: Fronteiras da educação: desigualdades, tecnologias e políticas*. Goiás: Editora da PUC-GO, p. 93 - 99. 2010.

TRIBUNAL DE CONTAS DO RIO GRANDE DO SUL. Instrução normativa nº 13/2017: Dispõe sobre os prazos e demais regras técnicas relativas à alimentação do Sistema de Licitações e Contratos - LicitaCon pelos órgãos e entidades jurisdicionados do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. **Diário Eletrônico do TCE RS**: p. 115, 2017.